

ALINHAMENTO E AUTONOMIA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: DIVERSIDADES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

CASSANO, F. A.

Centro Universitário Lusíada (UNILUS)

Rua Armando Salles de Oliveira, 150 – 11050-071 – Santos – SP – Brasil

Fone (13) 3235-1311; Fax (13) 3221-4488

famcassano@uol.com.br

Resumo

Este trabalho tem, como objetivo geral, reunir o referencial teórico das variáveis Autonomia e Alinhamento – que compõem o quadro analítico disponível para quem formula a política externa –, e como objetivo específico, analisar o comportamento histórico da política externa brasileira a fim de se verificar as variações de formas ao longo do tempo e respectivos resultados obtidos pelo governo brasileiro no setor externo. Como a política externa é parte integrante das políticas públicas de um Governo, qualquer mudança naquela política provoca diversidades nas políticas governamentais cujos resultados refletirão diretamente no processo de desenvolvimento do país. Assim, na atualidade, há um paradoxo para quem define a política externa de um país: ser autônomo, mas distante do grande fluxo de recursos internacionais, ou, ser alinhado, recebendo os recursos que estimulam o desenvolvimento. O aspecto metodológico do trabalho será caracterizado por revisão bibliográfica e análise de dados, que permitirão distinguir as duas alternativas de política externa, a discussão dessas alternativas e a conclusão sobre a melhor alternativa para a questão paradoxal do setor externo brasileiro.

Palavras-chave: Relações Internacionais. Política Externa. Autonomia. Alinhamento. Capitais Estrangeiros.

1 INTRODUÇÃO

As Políticas Públicas de um Governo, para serem bem sucedidas, necessitam que o Estado caminhe para o crescimento econômico e para o desenvolvimento social, cultural e político.

Dentro desse conjunto de políticas, a Política Externa surge com grande destaque para direcionar o país no rumo da modernidade.

Em um sistema internacional marcado pela integração de mercados e pelo volumoso fluxo de capitais, os formuladores da política externa de um país não desenvolvido se deparam com uma inquietante e desafiadora questão: manter a nação autônoma, não permitindo a ingerência externa, mas convivendo com enormes dificuldades financeiras, ou, tornar a nação alinhada ao poder internacional dominante, atendendo as regras dos grandes investidores e recebendo volume de capitais suficientes para impulsionar o seu desenvolvimento.

Sob esse paradoxo, este artigo tem como objetivo geral construir um referencial teórico das variáveis Autonomia e Alinhamento – componentes do quadro analítico que define a política externa – e como objetivo específico analisar o comportamento histórico da política externa brasileira diante da questão acima apresentada.

Através desse referencial teórico espera-se apresentar a distinção entre a política externa autônoma e alinhada, bem como, apoiando-se na análise dos dados, discutir as opções disponíveis e concluir sobre qual seria a melhor opção do país para a questão paradoxal do seu setor externo.

2 DISTINÇÃO ENTRE AUTONOMIA E ALINHAMENTO

Dar início ao trabalho pelo entendimento do significado das duas formas de política a serem analisadas, tem por finalidade permitir um melhor direcionamento das diversas opiniões existentes.

Assim, por Autonomia deverá ser entendida a faculdade de um Estado poder governar-se por si mesmo ou de se reger por leis próprias.

Já por Alinhamento considera-se a possibilidade de se estar em sintonia com uma determinada linha – esta é uma definição lato sensu. No caso específico da política externa, entende-se o Estado sintonizado com o pensamento dominante ou com as diretrizes predominantes na maioria dos países.

[1] analisando os limites externos do Estado, afirma que nenhum Estado está só e que todo Estado existe ao lado de outros, configurando uma sociedade de Estados. Assim, ainda que em termos jurídicos, afirma que o alinhamento entre Estados é figura comum desde tempos remotos.

No entanto, [2] afirma que o Estado exerce o poder supremo, caracterizado por uma instituição autônoma, perfeita e que não reconhece nenhuma outra sobre si. É a idéia da superioridade absoluta, que se manifesta pelo poder exercido pelo Estado moderno. [3] ensina que “soberania da União é a pessoa jurídica de direito público com capacidade política, dotada no campo interno de autonomia e no campo externo de soberania”. Dessa forma, para [3], soberania é o atributo que se confere ao poder do Estado em virtude de ser ele juridicamente ilimitado, e,

autonomia é a área de competência circunscrita pelo Direito.

[4] afirmam que, após a derrubada dos regimes coloniais e a queda das barreiras soviéticas ao mercado capitalista mundial, surgiram a globalização da produção – como consequência da internacionalização das trocas econômicas e culturais –, uma nova ordem global, uma nova lógica de comando e, por reunir todas essas inovações, uma nova forma de supremacia. E esse poder supremo que governa o mundo e regula as trocas globais, se substancia politicamente sob a forma de Império.

[5], comentando sobre a criação de um novo Estado Mundial – o Império na visão de [4] –, afirma que há autores que acreditam em sua concretização futura – embora estes autores não tenham corrente de pensamento definida – mas ainda têm dúvida quanto ao caminho para se atingir tal situação. Também considera que outras opiniões divergem entre qual a forma adotada para o Estado Mundial, e que ainda outros sugerem formas distintas para que o mesmo se torne realidade. Há, assim, de acordo com [5], opiniões de diversas tendências, porém, todas apontam para a questão da soberania como o grande obstáculo para a sua concretização. Surge então a idéia da “soberania internacional”, cujo titular seria o Estado Mundial – único a subsistir – e que atuaria em plano superior, acima de todos os demais poderes.

Para [4], como o Estado é incapaz de exercer o controle sobre o saldo das balanças comerciais e a especulação sobre a moeda, as forças políticas tradicionais se afastam do conceito de soberania que passa a se integrar a um sistema de controle transnacional. Isto poderia significar o desaparecimento da política, porém, o que desaparece é a noção da autonomia do político.

Dessa forma, pelo que foi exposto, na atualidade há uma distinção clara entre o Estado autônomo ser capaz de se conduzir pelos seus próprios meios de subsistência – sendo também soberano nas suas decisões de toda ordem –, e, o Estado estar alinhado ao poder dominante e seguir as regras desse poder maior, por não dispor dos recursos necessários às suas necessidades.

Como a dinâmica do sistema internacional está regida pelos fluxos financeiros internacionais – nos quais a maior participação está reservada para os países com maior atratividade, determinada por uma série de fatores e que, inclusive, fez com que a China alterasse a sua denominação para República Socialista de Mercado da China a fim de poder melhorar a sua atratividade – e não há muito espaço para se impor a vontade política de um Estado isoladamente, constata-se que o sistema internacional está orientado para o Estado Mundial comandado por uma ação política com limites de autonomia.

Restaria, então, aos países cuja atratividade é inferior à dos demais concorrentes, buscar o alinhamento necessário para a satisfação das suas necessidades e que possibilitaria a continuidade do Estado e da sua respectiva política externa.

3 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ALINHADA

Pelo já exposto, uma política externa alinhada representaria abrir mão do sentido amplo da

autonomia – na visão de [1], o Estado coexistindo ao lado de outros – e seguir a orientação de um poder supremo – que governa o mundo e regula as trocas comerciais sob a forma de Império, segundo [4] – ao qual os Estados deveriam estar alinhados.

Sendo o Brasil um país de limitada capacidade financeira para impulsionar o seu processo de desenvolvimento econômico, evidencia-se a possibilidade da sua política externa ser conduzida pelo alinhamento, daí a sua análise se posicionar anteriormente à alternativa.

Como o alinhamento da Política Externa Brasileira – PEB tem fases distintas, torna-se conveniente a separação por épocas e respectivos governos, a fim de se observar a continuidade ou, inclusive, possíveis variações na forma desse alinhamento.

3.1 O ALINHAMENTO NO PÓS-2ª GUERRA

Desde o final do século XIX, a PEB foi marcada por intenso relacionamento com os Estados Unidos da América – EUA, segundo Sérgio Henrique Nabuco de Castro na Apresentação de [6]. Embora equidistante dos dois blocos de poder – os Aliados e os países de Eixo – nos anos que antecederam a 2ª Guerra Mundial, o Brasil retornou, em 1941/42, à órbita de influência norte-americana e aí permaneceu até o final do governo Dutra, também segundo Sérgio Castro na Apresentação de [6].

O final da 2ª Guerra é marcado pelo surgimento de um novo quadro político-econômico, tendo os EUA como seu grande mentor em função dos fatos decorrentes desse conflito bélico. Nesse período então Sérgio Castro afirma ter sido dos mais completos o alinhamento do Brasil com os EUA, independente da questão econômica e voltado para o surgimento da bipolaridade entre EUA e a União Soviética.

Tabela 1 - Investimentos diretos no Brasil - US\$ milhões.

País	Até 1950	% sobre total	1951 a 1960	% sobre total
Alemanha	-	-	109,22	11,42
Canadá	94,00	30,61	53,97	5,64
Estados Unidos	97,95	31,89	407,93	42,66
França	5,02	1,63	28,23	2,95
Itália	8,71	2,83	5,26	0,55
Japão	2,61	0,85	28,79	3,01
Reino Unido	25,00	8,14	49,36	5,16
Demais	73,83	24,04	273,57	28,61
Total	307,12	100,00	956,33	100,00

Fonte: Banco Central do Brasil.

A Tabela 1 mostra como era incipiente o volume de investimentos diretos no Brasil até 1950 – havia acumulado pouco mais de US 300 milhões para um PIB nesse ano da ordem de US\$ 15 bilhões, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Além disso, verifica-se também que os países desenvolvidos, exceto a Alemanha, compareciam com praticamente 3/4 desses investimentos, destacando-se que os Estados Unidos – ao qual o Brasil se alinhara

desde o final da 2ª Guerra – eram isoladamente responsáveis por quase 1/3 do total investido.

No entanto, tais relações vão se enfraquecendo no 2º governo Vargas e com as idéias populistas, nacionalistas e antiimperialistas que marcaram o discurso político daquela época. A partir de 1953 – com a lei 1807, conhecida como Lei do Mercado Livre – o governo Vargas concede liberdade de ação para o capital estrangeiro e permite a remessa de rendimentos sobre esses capitais ou os reinvestimentos, fato que se entenderia, conforme [7], como uma renúncia à dependência dos empréstimos externos, tão carentes naquele momento, e uma abertura a alianças mais duradouras. A reação dos investidores a essa nova legislação também se confirma no volume de investimentos diretos, conforme demonstra a Tabela 1.

Na segunda metade dos anos 50, já no governo Juscelino Kubitschek – JK, o Brasil inicia um período de significativo avanço político e econômico que permite uma nova orientação para a PEB. Pode ser observada então uma sobreposição de perfis na ação externa que, segundo [8], é de difícil coexistência: uma relativa independência no campo econômico, na busca de uma agenda própria de negociações – a reivindicação de uma participação maior dos EUA nos projetos de desenvolvimento econômico, é a marca da Operação Pan-Americana –, combinada com uma política afinada com os interesses da potência hegemônica e aceitando o enquadramento ideológico imposto pela bipolaridade política, segundo Mônica Hirst e Leticia Pinheiro - A política externa brasileira entre a Guerra Fria e o desenvolvimentismo: Horácio Lafer - 1959/61, em [7].

Ao final da década de 50 o volume de investimentos diretos havia triplicado no país, conforme a Tabela 1, com aumento na participação dos EUA e destaque para a inclusão da Alemanha no conjunto dos investidores.

3.2 O ALINHAMENTO NO REGIME MILITAR

O alinhamento político que marcou o final dos anos 50, tem uma interrupção que vai de 1961 – com a política externa independente do governo Jânio Quadros – até o início de 1964, com a continuação dessa política externa independente pelo governo João Goulart.

Com a instalação do regime militar, a partir de abril de 1964, restabelece-se o alinhamento com os EUA objetivando a retomada dos investimentos externos e a continuação da questão ideológica em relação à bipolaridade política. Pela Tabela 2, a seguir, percebe-se que há um aumento significativo dos investimentos diretos no país – pouco mais do dobro em relação ao período 1951-60 –, com ênfase especial à participação dos EUA – que aumenta em quase 70% em relação aquele período – e em menor grau à participação da Alemanha – que triplica, em valores absolutos, o volume investido no novo período.

Esse alinhamento irrestrito vai até 1968, quando a PEB assume direções próprias, independentes das posições norte-americanas. Essa independência será mais tarde marcada pela questão da dívida do Terceiro Mundo e a não aceitação das normas para controle tecnológico formuladas pelo

governo Ronald Reagan, conforme expõe Sérgio Henrique Nabuco de Castro, na Apresentação de [6].

O governo militar, embora se conduzindo de forma autônoma, no início dos anos 70 vê-se diante de um novo quadro econômico – causado pelo violento ajuste nos preços do petróleo – que o leva a formar alianças com os países fornecedores de petróleo, e, indiretamente com os EUA, segundo Sérgio Henrique Nabuco de Castro, na Apresentação de [6].

Tem início então a ampliação das relações com o Japão, que reunia a possibilidade de ampliação de mercado para produtos brasileiros – o Japão reduziu a capacidade de produção de bens intermediários, face à crise do petróleo, e buscava parceiros que suprissem essa necessidade – com a redefinição da inserção brasileira no cenário internacional, ponto estratégico da PEB. A intenção dessa redefinição era a redução da dependência externa e a ampliação da manobra autônoma, de acordo com Henrique Altemani de Oliveira e Wellington Dantas de Amorim - O relacionamento Brasil-Japão, em [6].

Tabela 2 - Investimentos diretos no Brasil - US\$ milhões

País	1961 a 1970	% sobre total	1971 a 1979	% sobre total
Alemanha	331,95	15,60	1.551,26	12,56
Canadá	124,65	5,86	318,06	2,57
Estados Unidos	690,79	32,46	3.756,89	30,41
França	73,80	3,47	373,94	3,03
Itália	66,13	3,11	280,82	2,27
Japão	110,24	5,18	1.503,29	12,17
Reino Unido	73,56	3,46	680,20	5,51
Demais	656,70	30,86	3.889,18	31,48
Total	2.127,82	100,00	12.353,64	100,00

Fonte: Banco Central do Brasil.

A Tabela 2 mostra claramente a forte expansão dos investimentos diretos no período 1971-79 – para melhor entendimento do significado dessa maior participação estrangeira, entre 1971 e 1973 ocorreu o que se denominou de Milagre Brasileiro com taxas de crescimento acima dos 10% anuais – e que superaram os US\$ 12 bilhões ou mais de 6 vezes o montante investido no período 1961-70.

Também é muito significativa a presença japonesa no quadro de investidores diretos, alcançando a participação alemã – que também é significativa, pois, supera a casa de US\$ 1 bilhão – ratificando a estratégia do governo militar brasileiro de redefinir a participação do Brasil no cenário internacional.

Ao final do regime militar, o quadro econômico brasileiro perde capacidade negociadora face à forte vulnerabilidade externa causada pela crise da dívida do Terceiro Mundo, e, por outro lado, a estratégia norte-americana de utilizar a política comercial para um ajuste às novas condições de competição internacional, causam um novo alinhamento com os EUA que é estabelecido como forma de se retomar as relações com o principal mercado consumidor do mundo – a participação dos EUA nas exportações brasileiras passou de 17 para 29% no período de 1980 a 1987, conforme Maria Regina Soares de Lima - As

relações do Brasil com os Estados Unidos: 1964-1990, em [6].

3.3 O ALINHAMENTO NO PÓS-GLOBALIZAÇÃO

O início dos anos 90 – que coincide com a intensificação do processo de globalização – é marcado no Brasil pela abertura comercial, que visava uma maior inserção do país no mercado internacional com a consequente ampliação da produção interna, mesmo que a maior concorrência no mercado interno ocasionasse um processo de fusão, incorporação e fechamento de empresas brasileiras. Com isso, a estratégia de se construir uma potência nacional através da auto-suficiência tecnológica – ponto marcante da PEB no regime militar – e o esgotamento do processo de substituição de importações – por não mais haver condições de se fechar o país ao desenvolvimento tecnológico acelerado –, marcam uma nova fase de alinhamento com os EUA que tem início caracterizado pela questão nuclear, pelo reconhecimento da propriedade intelectual e pela liberalização comercial – ações iniciadas pelo governo Collor, de acordo com Maria Regina Soares de Lima - As relações do Brasil com os Estados Unidos: 1964-1990, em [6].

O governo Fernando Henrique Cardoso, após a implantação do Plano Real, dá continuidade às ações do governo Collor – que também foram continuadas no governo Itamar Franco, principalmente com a ampliação da liberalização comercial –, mas inovando quanto ao alinhamento: estabelecimento de relações amplas com o Mercosul, participando ativamente da Organização Mundial do Comércio – OMC, continuando as negociações para implantação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, tentando estabelecer relações com a União Européia e sensibilizando os países da Comunidade Andina a participarem de negociações mais amplas. A esse esforço diplomático, [7] denomina de “estratégia de círculos concêntricos”, para a qual não há controle absoluto e que não depende apenas de uma parte integrante.

Tais ações de alinhamento ficam demonstradas pelo forte incremento dos investimentos diretos no país – também deve ser considerado o início das privatizações das grandes empresas estatais constituídas durante os governos militares, que, por falta de recursos necessários à continuidade eficaz das mesmas, tiveram que ser desestatizadas – com aumento significativo da participação norte-americana, seguida em menor grau pela Alemanha e mais abaixo pelo Japão e pela França.

A Tabela 3 apresenta o resultado final dessa política externa alinhada, com aumentos constantes no fluxo de investimentos diretos anuais, culminando com a excepcional marca registrada em 2000 quando o total investido chega perto do total de investimentos diretos acumulados até 1995.

Tabela 3 - Investimentos diretos no Brasil - US\$ milhões

País	Estoque até 1995*	% sobre total	1997
Alemanha	5.828,04	13,98	195,93
Canadá	1.818,98	4,36	66,20

Tabela 3 - Investimentos diretos no Brasil - US\$ milhões

Estados Unidos	10.852,18	26,03	4.382,33
França	2.031,46	4,87	1.235,25
Itália	1.258,56	3,02	57,40
Japão	2.658,52	6,38	342,11
Reino Unido	1.862,61	4,47	182,52
Demais	15.385,27	36,90	11.417,26
Total	41.695,62	100,00	17.879,00

País	% sobre total	2000	% sobre total
Alemanha	1,10	374,56	1,12
Canadá	0,37	192,82	0,58
Estados Unidos	24,51	5.398,71	16,20
França	6,91	1.909,71	5,73
Itália	0,32	488,02	1,46
Japão	1,91	384,74	1,15
Reino Unido	1,02	393,74	1,18
Demais	63,86	24.188,70	72,57
Total	100,00	33.331,00	100,00

* A cada 5 anos, a partir de 1995, há a consolidação de dados pelo Censo de Capitais Estrangeiros.

Fonte: Banco Central do Brasil.

Por outro lado, [9] afirma que uma reestruturação da atividade interna, visando uma ampliação na atividade externa, não é a mesma do que as efetuadas na Argentina, no Chile e no México. Assim, uma inserção competitiva do Brasil teria que ser global e supor a montagem de conexões progressivas e alianças estratégicas entre distintas empresas privadas nacionais e internacionais, capazes de desenvolver competitividade auto-sustentável.

Também Celso Amorim, em Reestruturação Industrial: Reflexões sobre autonomia tecnológica e relações econômicas internacionais - Instituto de Planejamento Econômico e Social (1989, p. 61-62), cita que o envolvimento dos estados em questões de comércio gera um “neo-mercantilismo”, que combinaria ações de caráter protecionista – em termos clássicos – com medidas voltadas à abertura dos mercados. Dada a multiplicação de atores no cenário internacional, a busca de novas oportunidades de cooperação traria boas possibilidades para a ampliação na participação externa de produtos brasileiros.

Esse quadro de opiniões permite afirmar-se que a PEB no período pós-globalização foi marcada pela necessidade de um alinhamento ao poder hegemônico, mas com diversificação de alianças que respeitassem a autonomia do Estado, caso que pode caracterizar ao contrário a dualidade constatada por [7] no governo JK, ou seja, uma dependência no campo econômico combinada com uma política desafiada com os interesses da potência hegemônica – na busca de uma agenda própria de negociações.

4 POLÍTICA EXTERNA AUTÔNOMA

Segundo [10], existem alianças que incorporam um interesse comum em relação ao equilíbrio de poder; alianças que não chegam a mudar o equilíbrio de poder; e alianças provenientes de doutrinas ou ideologias comuns, que serão efetuadas pensando-se sempre em terceiros interessados.

O marco significativo da autonomia do Brasil na condução da sua política externa ocorreu a partir da Política Externa Independente do governo Jânio Quadros. Dentro desse cenário de inovação, e sob a visão de Sérgio Henrique Nabuco de Castro na Apresentação de [6], a posição brasileira contrária à aplicação de sanções contra o governo de Cuba ou ao seu isolamento no sistema interamericano, fica caracterizada como uma posição contrária à ingerência nos assuntos internos de outros países.

Também no governo João Goulart, em continuação à política do governo anterior, as relações com Cuba se destacam como uma das suas prioridades. Embora condenasse o afastamento das práticas democráticas pelo governo cubano, o restabelecimento das relações com a União Soviética fez com que o governo Goulart desse uma justificativa pouco razoável para o momento – possibilidade para ampliação de mercado – e colocasse Brasil e Cuba como os únicos países latino-americanos a manterem relações com os soviéticos. Embora justificasse a aliança como uma ação de soberania do país, a adesão do governo de Cuba ao marxismo-leninismo traz reflexos negativos para o Brasil com a quebra do alinhamento automático ao governo dos EUA, conforme Fernando José Marroni de Abreu - Brasil e Cuba: a gangorra diplomática, em [6].

Vem o regime militar de 1964, rompe-se a aliança com Cuba e União Soviética e ocorre o realinhamento com os EUA, como já foi apresentado no item 2.2.

Durante muito tempo – do governo Geisel ao governo Sarney – o Brasil viveu distanciado do mundo como forma de defender a sua autonomia, optando por técnicas de produção ultrapassadas e que comprometeram irremediavelmente as aspirações do país de reduzir o hiato que ainda o separa dos países mais desenvolvidos, conforme demonstrado por [7].

Segundo [4] para se desafiar o império e resistir a ele e a seu mercado mundial é necessário propor uma alternativa em nível igualmente global. Qualquer proposta de comunidade particular isolada, protegida de seus poderes por fronteiras fixas, está destinada a acabar como “uma espécie de gueto”.

A partir dos anos 90, segundo [7], o Brasil parte para uma redução da capacidade de regulação das atividades econômicas em base territorial e, através da proliferação de regras multilaterais, retoma a integração com a economia mundial e o caminho do desenvolvimento.

Na atualidade, a busca do desenvolvimento e da autonomia possível requer a integração na economia mundial. Há uma definição de [4] segundo a qual um Estado não pode resistir ao Império com um projeto que visa uma autonomia limitada e local, e que vem confirmar essa necessidade de se integrar à economia mundial abrindo mão da autonomia absoluta.

Entretanto, conforme consta em [11], há uma outra corrente de pensamento que afirma ser a integração do país a blocos regionais de comércio – como é o caso da ALCA – um fator de comprometimento do seu desenvolvimento econômico e social, pela diferenciação que os EUA possuem em relação aos demais países – principalmente sul-americanos. Em contrapartida, sugerem a criação de uma Aliança Social Continental – ASC a fim de se combater a integração proposta nos termos da ALCA e de representar um ator político e social em busca da integração hemisférica.

O desfecho dessa confrontação caminha muito mais para a ideologização da questão integracionista do que para o real interesse político, econômico e social do país.

5 CONCLUSÃO

A distinção entre Autonomia e Alinhamento fica clara quando se analisa os países que não possuem atratividade aos recursos externos capazes de estimular o desenvolvimento e viabilizar as políticas públicas.

Também é clara a posição de um país que tenta adotar uma linha decisória capaz de manter o equilíbrio entre as alternativas. A opção pelo meio termo, entre o país estar alinhado e ser autônomo, e se fosse possível uma política externa nesse sentido, deveria ser a melhor opção, pois manteria o alinhamento ao poder dominante e possibilitaria opinar independentemente nas situações que lhe fossem possíveis. O grande risco, e fica muito fácil dessa hipótese ocorrer devido ao envolvimento político dos formuladores, é a possibilidade da ideologização tomar conta da política externa e colocar o país em situação desfavorável no cenário internacional.

Pelo lado brasileiro, constata-se que a existência de alternâncias na PEB, e os reflexos das mesmas na diversidade das políticas públicas foram percebidos pelo aumento ou diminuição do fluxo de capitais externos nos momentos em que ocorreram tanto a autonomia como o alinhamento.

Entretanto, através da análise em diversos governos e períodos, verificou-se também que tais alternâncias da PEB não trouxeram o tão almejado desenvolvimento buscado pelo país ao longo do tempo, e, além disso, ficou a certeza de que o Brasil, para atrair capitais de risco – que permitam a complementação do desenvolvimento econômico e social –, necessita estar alinhado com a comunidade financeira internacional e cumprir as regras definidas pela mesma.

Complementarmente, a dualidade entre alinhamento e autonomia, mesmo que em sentidos contrários, em governos diferentes, demonstrou ser possível o país estar alinhado e, ao mesmo tempo, manter uma autonomia relativa no que se refere aos interesses mais nobres do país – como no caso da ALCA, em relação à abertura uniforme dos mercados.

Assim, um alinhamento pluriestatal – contrariando em parte a visão de Império dada por [4] – que vise uma maior participação no cenário internacional, deve ser o principal objetivo do país no futuro próximo – mesmo com a oposição da ASC, que só admite a integração do país em termos regionais.

6 REFERÊNCIAS

- [1]. BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2001.
- [2]. SANGUINETTI, Horácio. Curso de Derecho Político. 4ª ed. Buenos Aires: Editorial Astrea, 2000.
- [3]. BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Teoria do Estado e Ciência Política. 5ª ed. São Paulo: Celso Bastos Editora, 2002.
- [4]. HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. Império. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.
- [5]. DALLARI, Dalmo de Abreu. O futuro do Estado. São Paulo: Ed. Saraiva, 2001.
- [6]. ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico. V.3. São Paulo: NUPRI/USP, 2000.
- [7]. LAFER, Celso. Mudam-se os Tempos: diplomacia brasileira – 2001-2002. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. Brasília: FUNAG/IPRI, 2002.
- [8]. SILVA, Alexandra de Mello e. Desenvolvimento e Multilateralismo: Um estudo sobre a Operação Pan-Americana no contexto da Política Externa de JK. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 2, jul/dez 92, p. 209-239.
- [9]. TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís. (Des)Ajuste Global e modernização conservadora. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1993.
- [10]. WIGHT, Martin. A política do Poder. Prefácio de Henrique Altemani de Oliveira. Tradução de Carlos Sérgio Duarte. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.
- [11]. JAKOBSEN, Kjeld & MARTINS, Renato. ALCA Quem ganha e quem perde com o livre comércio nas Américas. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

best alternative for the paradox question of the Brazilian external area.

Keywords: International Relationships. External Politics. Autonomy. Alignment. Strangers' Capitals.

ALIGNMENT AND AUTONOMY IN BRAZILIAN EXTERNAL POLITICS: DIVERSITIES OF PUBLICS POLITICS

Abstract

This paper has, as its general objective, to sum up the theoretical reference about the variables Autonomy and Alignment – both which compose the analytical picture available to make external politics –, and as its specific objective, to analyze the historical conduct of Brazilian external politics with intent to verify the format variations along time and the respective results obtained by the Brazilian government in the external area. Since the external politics is component of the government's public politics, any change in this politics results in diversities in the government's politics, whose results reflect directly in the country's development process. Therefore, in the present time, there is a paradox for those who define the external politics of a country: to be autonomous, but distant of the international resources' flux, or, to be aligned, receiving the resources that stimulate development. The methodological aspect of this study will be characterized by the bibliographical revision and data analysis, which will permit to distinguish two alternatives for the external politics, the discussion of these alternatives and the conclusion about the